



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2023

Altera a redação do §12 e §13 do art. 198 da Constituição Federal para estabelecer valor mínimo aos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira.

AUTORIA: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA) (1ª signatária), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Romário (PL/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2023

Altera a redação do §12 e §13 do art. 198 da Constituição Federal para estabelecer valor mínimo aos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O §12 e o §13 do art. 198 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 198.

§ 12. Os pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, não serão inferiores a 4 (quatro) salários mínimos para o enfermeiro, 3 (três) salários mínimos para o técnico de enfermagem e 2 (dois) salários mínimos para o auxiliar de enfermagem e a parteira.

§ 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverão adequar a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional no § 12 deste artigo, observando, no que couber, a regulamentação prevista em lei federal."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional, há muitos anos, vem se debruçando para encontrar diversas maneiras que possam, efetivamente, instituir o Piso Nacional dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e Parteiras.

O primeiro passo foi a aprovação do Projeto de Lei nº 2564, de 2020, transformado na Lei nº 14.434 de 04/08/2022.

Ao sancionar esta lei, o Presidente da República vetou o dispositivo que indexava os reajustes anuais do piso ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A vinculação de reajuste a índice inflacionário incorre em vício de inconstitucionalidade, pois promoveria a indexação do piso salarial a índice de reajuste automático, e geraria a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies de reajuste para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, o que violaria o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 da Constituição.

Ademais, a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária, no caso, o INPC, afrontaria a autonomia dos entes federativos para concederem os reajustes aos seus servidores, o que violaria o art. 18, o § 1º e o caput do art. 25 da Constituição, e descumpriria o disposto na Súmula Vinculante nº 42 do Supremo Tribunal Federal – o que certamente embasaria suspensões na execução da lei por parte de nossa Egrégia Corte.

A manutenção do Veto nº. 43/2022 ensejou questionamentos da categoria dos enfermeiros aos Senadores, por dar a impressão que simplesmente não houve vontade política para a garantia dos reajustes anuais – sendo que a atuação do Senado foi única e exclusivamente no sentido de suprimir as inconstitucionalidades do texto.

Diante disso, e convencidos de que é necessário encontrar uma forma de constitucionalizar o reajuste do Piso Nacional da Enfermagem,

**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora Ana Paula Lobato

apresentamos Proposta de Emenda à Constituição indexando o valor do piso salarial dos profissionais da enfermagem ao salário mínimo.

O Supremo Tribunal Federal, na Súmula Vinculante nº 4, aduz que “salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial”.

Sendo assim, a única alternativa legal para garantir o reajuste anual dos profissionais da enfermagem é com a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Ressaltamos ainda que a presente medida encontra amparo, por analogia, na Emenda Constitucional nº. 120/2022, que fixa o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias em não menos do que 2 (dois) salários mínimos.

Por fim, destacamos que a presente Proposta de Emenda à Constituição não foi apresentada antes para não tumultuar as recentes aprovações do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº. 5/2023.

Pelo exposto, temos a convicção de que a aprovação deste texto encerrará, com chave de ouro, a luta que há anos vem sendo travada pela Enfermagem e que conta com amplo apoio dentro do Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Paula Lobato

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art25_cpt

- art25_par1

- art37_cpt_inc13

- art60_par3

- art198_par12

- art198_par13

- Emenda Constitucional nº 120 de 05/05/2022 - EMC-120-2022-05-05 - 120/22

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2022;120>

- urn:lex:br:federal:lei:2020;2564

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2020;2564>

- Lei nº 14.434, de 4 de Agosto de 2022 - LEI-14434-2022-08-04 - 14434/22

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14434>